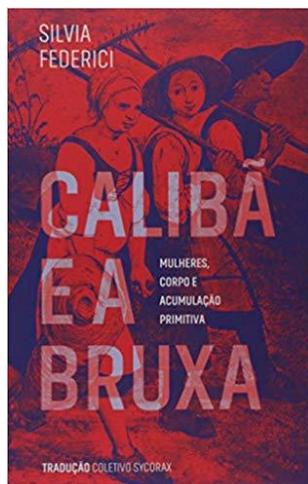


Resenhas

QUANDO UMA RESENHA É MAIS, UM CONVITE À LEITURA

Carmen Lucia Bezerra Machado¹



Resenhar um livro de aproximadamente 464 páginas é por si só é um desafio. (Versão digital de 515 páginas está disponível em: <http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf>). Mais. Fazer a resenha de rigorosa tradução do Coletivo Sycorax, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo e a Editora Elefante, da publicação original da historiadora italiana Silvia Federici de 2004, na edição brasileira de 2016, amplia o desafio.

A dureza vivida por mulheres resistentes inspira amor. A amorosidade convoca a enfrentar a dor. Por isso, a pergunta é o caminho que escolho.

1. Por que só agora?

A indicação terceirizada vem da colega Conceição Paludo. A leitura faz pensar e repensar, na esteira deixada pela autora de ‘Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva’. O mundo inteiro precisa de uma sacudida e os movimentos sociais e a crise política na Europa dos séculos XII ao XVIII, como na atualidade, mostram a servidão como uma relação

¹ Professora titular de Sociologia da Educação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde – Mestrado Profissional da Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carmen.machado@ufrgs.br

de classe. Na luta pelo comum e pela liberdade a divisão social baseia-se nos movimentos milenaristas e heréticos. A politização da sexualidade associa as mulheres à heresia. A política sexual é constituída como surgimento do Estado, para além da contrarrevolução. Lutas urbanas pela sobrevivência enfrentam a doença (peste negra) e também a crise do trabalho. O livro havia passado despercebido.

2. Por que aqui na Revista Saberes Plurais do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde?

Porque esta revista, segundo o Professor Paulo Peixoto de Albuquerque, tem por objetivo socializar questões que normalmente ficam subsumidas nas discussões disciplinares e nas práticas protocolares hegemônicas. Um curso da área da saúde coletiva, e com a maioria de mulheres atuando no SUS, aprendendo a trabalhar com o ensino na e da saúde do corpo, da mente, do afeto, de práticas integrativas, ao menos nos discursos, precisa refletir sobre temas que normalmente são silenciados ou invisibilizados. Um “Programa interdisciplinar em que devia fazer frente a um tipo distinto de cercamento: o cercamento do saber, isto é, a crescente perda, entre as novas gerações, do sentido histórico de nosso passado comum” (p. 17) é como Federici conceitua o programa no qual pesquisa e socializa seus achados. Serviria aqui e agora?

3. “O que podemos aprender sobre o desdobramento capitalista, passado e presente quando examinado de uma perspectiva feminista?” (p. 25). Porque resenhar este livro dentre tantos indicados e de inúmeras novas publicações?

A compreensão do esquema construído em cinco capítulos articula a perseguição às bruxas e a exigência capitalista num ataque genocida contra as mulheres seus saberes e suas resistências (1. O mundo precisa de uma sacudida; 2. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres; 3. O grande Calibã; 4. A grande caça às bruxas na Europa; 5. Colonização e cristianização). As circunstâncias históricas específicas da “perseguição às bruxas – assim como o tráfico de escravos e os cercamentos” de caça às bruxas, no contexto das crises europeias, demográfica e econômica, e crises mundiais das políticas de terra e do trabalho da época mercantilista, relaciona o desenvolvimento capitalista a uma nova divisão sexual do trabalho – constituem um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno. O livro de Silvia Federici busca esclarecer estes dois processos na Europa e no Novo Mundo. Este complexo tema ainda não havia sido investigado desta perspectiva. Além disso, a escrita é agradável e fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica, enriquecida de 68 imagens de domínio público. Cores, textura e primorosa composição – cheiro de papel. Há analogias possíveis com a realidade vivenciada no Brasil do século XXI.

4. E, de onde vem esse original título?

Da peça shakespeariana ‘A tempestade’, o Calibã, escravo selvagem, vem o rebelde anticolonial, cuja luta “ressoa e também é símbolo para o corpo proletário” (p. 20), e sua mãe Sycorax – a bruxa o símbolo do feminino associado à vassoura entendida como símbolo fálico, simbolizam a dimensão sexista e racista que o capital impõe. O título é “expressão da perversão do capital” – é “terreno e instrumento de resistência à lógica vigente”. Em perspectiva feminista conta a história das resistências. A que estamos a escrever, neste momento e neste espaço “dependerá de nossa capacidade de ouvir as vozes daqueles que percorreram caminhos semelhantes” (p. 17).

Símbolo para o corpo proletário (terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo), a bruxa (serva do diabo), antes relegada a segundo plano, situa-se no centro da cena para Federici. As mulheres com acesso à terra: lavradoras, pedreiras, parteiras e curandeiras, sábias, independentes, irreverentes e muitas vezes pobres e solteiras, possuíam conhecimentos sobre ervas e sobre a natureza, e tinham autonomia sobre seus corpos, decidindo elas mesmas sobre a gravidez ou o aborto. Ali, os processos reprodutivos estavam em pé de igualdade com a produção. Feminicídios cometidos em nome da caça às bruxas seguem um aspecto fundante do capitalismo. Atribui às mulheres o papel de produtoras de mão de obra, obrigando-as, pelo terror ao trabalho forçado e sem remuneração, a exercer gratuitamente os serviços domésticos necessários para sustentar os maridos e os filhos homens para serem usados como força de trabalho do sistema nascente. Também as filhas mulheres novas produtoras de mão de obra. Calibã representa o rebelde anticolonial cuja luta ressoa.

5. A leitora foi capturada. Mas a solitária aproximação ao livro exige, do eu leitora, o compartilhar da indagação: “De que maneira se relacionam a expropriação e a pauperização com o permanente ataque contra as mulheres?” (p. 25).

Livros ficarão para outra ocasião. A escritura desta resenha se faz necessária. Repensar o desenvolvimento do capitalismo a partir de um ponto de vista feminista, ao mesmo tempo evitando as limitações de uma ‘história das mulheres’ separada do masculino da classe trabalhadora. Encarnação de sujeitos que o capitalismo precisou destruir: “a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (p. 24) - resistências. Educadores educam as dores ou aos portadores. Calibãs e bruxas.

6. E, em quais teorias se ancora este extenso e rico texto?

O método científico constituído como ciência moderna, requer teorias, e as expressam. É o mesmo que se origina nas formas de perseguição e interrogatório torturante das bruxas, “para que o conhecimento da natureza seja conquistado, revelado e estuprado” (p.370). Federici se vale de rigorosa busca nas mais diversas referências bibliográficas e as disponibiliza para *leitorix* em 67 páginas. Apresenta um contraponto ao pensamento de Karl Marx afirmando que, em vez de se tratar de um aspecto precursor do capitalismo, a acumulação a ele é inerente.

À acumulação primitiva enunciada por Marx, a autora acresce o diálogo com Michel Foucault, a quem critica duramente por não haver levado em conta em sua “História da sexualidade” com a produção de corpos dóceis e sujeitos indiferenciados atingindo igualmente “homens e mulheres se depara com as peculiaridades do feminino” (p.350). A abordagem feminista analisa práticas contra o corpo feminino – o extermínio de centenas de milhares de mulheres na fogueira. A sexualidade a serviço da repressão, da censura e rejeição foi capaz de “produzir” uma mulher laborativa e não mais erótica. Entre os séculos XVI e XVIII as mulheres inicialmente retratadas “como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole”, são responsabilizadas pela incapacidade de impor aos homens o trabalho e o autocontrole, vão sendo “revertidas para serem retratadas como seres passivos, assexuados, castas, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles” (p. 205). No final do século XVII, até “mesmo sua irracionalidade podia ser valorizada e o poder do ‘instinto materno’ feminino”, passa a ser visto “como um mecanismo providencial”, assegurando a continuidade, a reprodução, apesar das desvantagens do “parto e da criação de filhos” (p. 205). A mecanização na alienação do corpo supõe “não apenas a repressão de desejos, emoções e comportamentos já erradicados” como demonstrou Foucault, mas converte-o em “identidade individual”, concebida como “alteridade em relação ao corpo” e simultaneamente “em perpétuo antagonismo com ele” (p. 276), opondo mente e corpo, afirmando a necessidade de autocontrole. “Corpos femininos, moldados pela nova disciplina do trabalho (p. 260), forjados a ferro e fogo, com o sangue produzido pela tortura, criam comportamento regular, homogêneo e uniforme” (p. 262). O livro evidencia o nexos entre a função reprodutiva das mulheres e a divisão sexual do trabalho, “gênero e classe são partes de um mesmo todo e não uma dicotomia” (p. 27).

Junto a Foucault e Marx, autoras feministas compõem o tripé teórico do livro. Estas, de A a W, desde Accati (1980), falando sobre “o parto e a maternidade como suporte da identidade feminina” (p.438), até Wiesner ao estudar o trabalho feminino na Alemanha renascentista, e as mulheres que “perdem até mesmo suas prerrogativas como a realização de

partos e a fabricação de cervejas” (p. 153). Restam apenas os “empregos de baixos *status*: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais fiandeiras, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite” (p. 182).

Dependendo do país variam as formas locais, mas, sempre o objetivo é “fazer feminização da pobreza” (p. 34) para que elas sigam a participar na “produção” ajudando seus maridos em sua casa, com o “não-trabalho”, o que é sem valor e até as viúvas deveriam receber apenas o suficiente para não depender da assistência pública. Ou, como nos casos da Europa ou das Américas, onde os costumes locais de mulheres, majoritariamente pobres que lutam pela sobrevivência, são considerados magia ou um obstáculo para a racionalização do processo de trabalho. Segundo a autora, “as acadêmicas feministas” desenvolveram um esquema interpretativo que lança bastante luz sobre duas questões históricas muito importantes: “explicar a execução de centenas de milhares de ‘bruxas’ no começo da Era Moderna”, e a “guerra contra as mulheres no surgimento do capitalismo” (p. 114), com o apoio do Estado. A precarização do trabalho e a perda dos direitos sociais, como a licença gestante, o tempo de serviço e igualdade salarial de hoje, tem precedentes.

7. Conhecimentos do corpo feminino e poder do Estado se relacionam?

“As perseguições às bruxas foram encabeçadas por juristas, magistrados e demonólogos, por vezes a mesma pessoa”, em cooperação de intelectuais, filósofos, e cientistas de prestígio na época, tal como escreveram o inglês Hobbes e o francês Jean Bodin, “incluindo os descendentes na condenação à morte e à fogueira”, pois a “magia mata a indústria” (p. 257). Com eles Bacon, Kepler, Galileu, Boyle, Shakespeare, Pascal e inclusive a referência maior da ciência moderna (a racionalidade e ao domínio do pensamento sobre as ações) Rennè Descartes, “concluem que a bruxaria era ‘o crime mais vil’” (p. 306). Em plena Era da Razão — a idade do ceticismo e da dúvida metódica —, encontramos um ataque feroz ao corpo. O ‘saber’ apenas pode converter-se em ‘poder’ se conseguir fazer cumprir suas prescrições.

O corpo mecânico, o corpo-maquina, não poderia ter se convertido em modelo de comportamento social sem a destruição, por parte do Estado, de uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais cuja existência contradizia a regulação do comportamento corporal prometido pela filosofia mecanicista (FEDERICI, 2016, p. 257).

Morre o “conceito do corpo como receptáculo de poderes mágicos que havia predominado no mundo medieval”. Morrem os corpos e o conceito é destruído. Por trás da nova filosofia está a intervenção ou “iniciativa do Estado, a partir da qual o que os filósofos

classificaram como ‘irracional’ foi considerado crime” (p. 257), mesmo sem provas, tal como no Brasil desta década do século XXI.

O fato de que as acusações nos julgamentos se referiam frequentemente a acontecimentos ocorridos havia várias décadas; de que a bruxaria tivesse sido transformada em um *crimen exceptum*, ou seja, um crime que deveria ser investigado por meios especiais, incluindo a tortura; e de que eram puníveis inclusive na ausência de qualquer dano comprovado a pessoas e coisas [...] (FEDERICI, 2016, p. 306).

A criminalização dos conhecimentos das mulheres confere e referenda um conhecimento científico, autorizado pelo Estado a serviço da dominação e da exploração. Mais uma analogia com a realidade vivida. A lição política a ser extraída “é que o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo [...] precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais” (p. 37) – e entre a promessa de liberdade e de prosperidade e a realidade da coação e de penúria generalizada – difamam “a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização” (p. 37). A criminalização da legislação, apoiada nos conhecimentos acadêmicos, sustenta a necessidade das reformas trabalhista e da previdência e estas modificam as relações de trabalho e de aposentadoria para as mulheres brasileiras em 2018 e 2019, respectivamente. Séculos antes, como agora, se trata de uma “colonização global” (p. 206).

8. No livro o Estado ensina a saúde? Aparentemente não. Está invisibilizado. Fazer ensino pela provocação retira a *todix* da zona de conforto. O uso da linguagem (escrita e falada) envolve a quem ensina e a quem aprende. Há garantias de aprendizagens?

A condenação da contracepção e particularmente do aborto, tido como um *maleficium*. Reduziu o corpo feminino a “uma máquina para a reprodução do trabalho – nas mãos do Estado e da profissão médica” (p. 262). “Os métodos contraceptivos, instrumentos diabólicos, institucionalizam o controle do Estado sobre a reprodução da força de trabalho” (p. 335). Analogamente ao que a disciplina capitalista fez e ainda faz ao “criminalizar qualquer atividade sexual que ameace a procriação, a transmissão da propriedade na família e/ou diminua o tempo e a energia para o trabalho” (p. 354), aqui ocorre. No Brasil, a Proposta de Emenda Constitucional de nº 29 de 2015 (<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/15/pec-que-proibe-aborto-pode-ser-emendada-para-incluir-as-excecoes-da-lei-atual>>), “garantindo a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, segue reforçando a existência do aborto inseguro. A colega

professora, médica Camila Giugliani, ao reforçar a importância de tomada de decisões baseadas no conhecimento e nas tecnologias disponíveis, coloca em perspectiva a descriminalização do aborto como forma de reduzir um dos fatores responsáveis pela elevada taxa de morbimortalidade materna no mundo (47 mil mortes, segundo dados da OMS para 2013). Pensar, sentir e decidir apenas o que não está proibido.

O Estado, “como defensor da aristocracia Latifundiária na Europa e dos colonizadores nas Américas”, politicamente pretende a redução do exército de reserva disponível para o trabalho, base da acumulação capitalista e também da destruição da força de trabalho do sec. XVI ao XXI. “Tal como as bruxas europeias, os nativos americanos colonizados e os africanos escravizados forneceram ao capital a provisão de trabalho necessário para a acumulação” (p.362), controlar os corpos, agora, com a intensificação da violência contra as mulheres, é outra caça às bruxas. Esta permanência do sistema capitalista se deve mais à rede de desigualdades construída no corpo do proletariado mundial, do que a mera submissão. Inculca o medo aos homens, numa “destruição das práticas, crenças e das próprias mulheres para produzir a reprodução social” (p. 306).

9. E as resistências?

Ah, estas tiveram que se “confrontar com o chicote, o tronco, a prisão, a tortura, a violação e até o assassinato para reestabelecer a disciplina do trabalho” (p. 384) e assim reconhecer aos índios do Novo Mundo, como seres humanos. Um corpo feminino, possibilidade de “reprodução biológica na máquina de produção” que precisa existir. Resistir. Nada pode fazer quem desconhece o processo histórico de resistência dos corpos e dos saberes propriamente femininos que coexistem com a exploração necessariamente desde seu surgimento.

Na América Latina, nos protestos das populações locais, as mulheres estão muitas vezes na linha de frente. Matá-las, busca demonstrar à comunidade que resistir é inútil. Voltando à terceira questão acima enunciada – “O que podemos aprender sobre o desdobramento capitalista, passado e presente quando examinado de uma perspectiva feminista?” – se coube às mulheres o trabalho de gerar, criar e ensinar, durante a primeira infância aos milhões de seres humanos, eliminar ou transformar requereu tempo, para além da apropriação dos corpos por homens e pelo Estado as resistências se apresentam nos nove séculos do processo. O corpo convertido em “instrumento de produção de força de trabalho é o lugar de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina trabalho que o define” (p. 28).

Desde o feudalismo, romantizado nas salas de aula e nos livros didáticos, como um período monótono com damas e cavaleiros, ao contrário, havia muita luta. As pessoas percebiam que estavam sendo afastadas da terra e de suas vidas comunitárias no tempo depois reconhecido como “um embrião do capitalismo”. Costumamos pensar na caça às bruxas como algo ultrapassado. Mas, sempre que o capitalismo entra em crise, bambeia, desequilibra, voltamos a experimentá-la. Como em ‘O Pêndulo de Foucault’, oscila e torna-se novamente uma história do presente. No cerne “encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho” (p. 37). Ou, na perseguição e catequização dos povos nativos durante os processos coloniais na América e na África, nos processos de escravidão, na Guerra Fria e, agora, na crescente violência contra mulheres, negros e grupos LGBTs, também à natureza e às questões ecológicas no que ela chama de um processo de “colonização global” é que a “tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas” (p. 37).

Mas, e há um ‘mas’, ou um ‘mais’, houve resistências às imposições capitalistas. Inicialmente, muitas mulheres capturadas pelos tribunais preferiram morrer a delatar outras “bruxas”. Hoje, essa resistência persiste como “Quando vejo mulheres unidas, trabalhando juntas”. Movimentos como o ‘ME TO’ ou ‘ELE NÃO’ ou ‘Margaridas’, “sinalizam a resistência feminina e que a força dessas bruxas ainda está viva. Hoje a resistência é na dimensão global” (p. 35), que é atemporal. Movimentos que escrevem nas ruas contra o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, e, como diz Diego Bezerra Machado, a próxima revolução será feminista, negra e amorosa. Sem medo de ‘ser mais’.

Referência

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2016. Tradução Coletivo Sycorax. 464 p.